

**(RE)ESCREVENDO OU (RE)CRIANDO A HISTÓRIA:  
UMA DISCUSSÃO METODOLÓGICA SOBRE A UTILIZAÇÃO  
DOS TEXTOS LITERÁRIOS COMO FONTE HISTÓRICA**  
**(Re-writing or recreating history:  
a methodological discussion about using  
literary text as historical resource)**

**ABSTRACT**

This paper discusses the use of literary texts in historical studies, heading for the complex field of text analysis, site par excellence of the historiographer, to access his main objective: the analysis of the literary texts specifically. As reference, we used the production related to the Literary Analysis, whose contribution enlarged, in a lot, the understanding of renowned authors in the current historiography field such as Michel Foucault, Paul Veyne, Michel de Certeau and Hayden White.

**Keywords:** Methodology of the History, literary Analysis, Historiography.

**RESUMO**

O artigo apresentado discute o uso de textos literários em estudos históricos, encaminhando-se pelo complexo campo da análise de textos, canteiro por excelência do historiador, para chegar ao seu objetivo principal: a análise dos textos literários propriamente ditos. Utilizamos, como referência bibliográfica, a produção relacionada à Análise Literária, cuja contribuição alargou, em muito, o entendimento de autores consagrados no campo da historiografia atual, como: Michel Foucault, Paul Veyne, Michel de Certeau e Hayden White.

**Palavras-chave:** Metodologia da História, Análise literária, Historiografia.

A História, enquanto processo de construção sistemática de um conhecimento do passado com pretensão de verdade, pressupõe, de acordo com Boutier e Julia (1998, p. 11), algumas “[...] *exigências e servidões inevitáveis – formação específica, familiaridade com uma certa prática, obediência a regras ditadas pelo ofício*”, apesar de se reconhecer a

[...] pluralidade dos espaços postos à disposição do conhecimento histórico, o sem sentido das fronteiras rígidas e as possibilidades infinitas das trocas com os campos vizinhos – das ciências humanas e sociais.

Reconhecer esses argumentos implica em uma exigência de renovação da prática do historiador, através da conquista de novos objetos e de novos territórios, com a acumulação de conhecimentos e o aprofundamento nos métodos e técnicas articuladas com as exigências da contemporaneidade.

---

\* UFPB.

Nesse sentido, destaca-se o papel dos programas de pós-graduação na produção de um conhecimento sistematizado, rompendo com a vulgarização histórica praticada por amadores, pouco informados das renovações da historiografia. Os historiadores profissionais continuam aceitando a tarefa de escrever livros destinados ao grande público instruído, apresentando obras que aliem uma leitura agradável ao gosto pela precisão, à exigência de um contato direto com documentos e monumentos, orientando o leitor para pesquisas especializadas, tais como a Coleção de Lucien Febvre e de Jacques Le Goff em que “[...] o ‘belo’ livro vale tanto por seu texto quanto pela qualidade de suas imagens” (BOUTIER e JULIA, 1998, p. 23).

Entretanto, a renovação histórica propriamente dita ocorre quando a história é levada a redefinir problemáticas, métodos e objetos face às ciências sociais e humanas, destacando-se, nesse sentido, a contribuição da publicação *Fazer História*, organizada por Le Goff e Nora (1974), em três volumes: *Novos problemas*, com a definição da história sob a provocação das outras ciências humanas; *Novas abordagens*, com a modificação dos recortes tradicionais em diferentes setores; e *Novos Objetos*, com a incorporação à História de pesquisas sobre o inconsciente, o corpo doente, os jovens, a cozinha etc. Essa obra anuncia a passagem de um paradigma, em que a análise macroeconômica era primordial, para uma *história que focaliza os sistemas culturais* compreendidos em um sentido muito amplo, e anuncia a fragmentação da disciplina.

O período de crise, de inquietação ou de renovação do historiador e da historiografia, retratado na obra, é resumido por Boutier e Julia (1998, p. 29) quando afirmam que

*“[...] o historiador não deve renunciar jamais à relação que as séries, as regularidades percebidas ‘mantêm com particularidades que lhes escapam’, mas deve ocupar-se do particular como ‘limite do pensável’”, conduzindo aos interesses pelos restos e pelas diferenças. Nesse sentido, “o historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Nem visa mais o paraíso de uma história global. Ele chega a circular em torno das racionalizações conquistadas. Ele trabalha nas margens. Sob esse aspecto, ele se torna um erradio” (CERTEAU, 1974, p.27).*

A história dos anos 90 difere profundamente daquilo que se apresentou como “*nova história*”, com a introdução de *novos objetos* – como a história das atitudes coletivas, diante da morte, do medo ou da vida, a história dos gestos, das cores, dos prenomes ou dos dispositivos afetivos –, e de *novas abordagens* – a análise das formas de sociabilidade no âmago da história social, a inscrição no espaço das relações e das dinâmicas econômicas de longa duração através das “*economias-mundos*”, o relacionamento das atividades econômicas, das estruturas demográficas e das configurações sociais segundo o modelo da “*proto-*

*indústria*”, ou a construção da memória nacional pelo trabalho com os “*lugares de memória*”.

Também, nos anos 90, é destaque a criação do Instituto de História do Tempo Presente, enfrentando dois grandes obstáculos: a antiga crença de que a história se institui sobre a separação entre o passado e o presente e, para que exista entre o historiador e seu objeto a necessária objetividade, a história imediata deveria ser reservada ao jornalista; e a onipotência da longa duração que sempre marcou a escola histórica francesa, em detrimento do acontecimento. Foi o “*caráter traumático*” de acontecimentos como a Segunda Guerra Mundial e o genocídio nazista, que inauguraram nossa contemporaneidade, tornando necessária a emergência da história do tempo presente.

Os quase vinte anos após a publicação da obra de 1974, uma verdadeira avalanche marca os anos noventa, período caracterizado pela publicação das obras de síntese como as histórias da França rural, urbana, religiosa e a história da vida privada. Segundo Boutier e Júlia (1998, p. 31),

a história social e econômica, por muito tempo dominante na França, apagou-se diante do avanço da história cultural, mas também da história política, em história contemporânea, e mais ainda em história medieval e moderna [...]. A rigidez dos quadros “estruturais” (o econômico, depois o social, depois o mental, para retomar a trilogia de E. Labrousse) desgastou-se, a quantificação – uma das “linguagens de descrição do mundo” preferidas pelos historiadores do pós-guerra – perdeu terreno, mesmo que [...] permaneça sendo um instrumento heurístico insubstituível. A realidade histórica é cada vez menos examinada como um objeto dotado de propriedades que preexistam à análise, mas como um “conjunto de inter-relações que se movem no interior de configurações em constante adaptação”.

A passagem das massas às margens, das análises estatísticas aos estudos de casos, dos objetos às práticas e às lógicas sociais provocou a reintrodução dos agentes nos grandes processos históricos e a diversificação dos instrumentos analíticos. Esse momento foi fortemente influenciado pela chegada de historiadores estrangeiros à França, como os americanos, os ingleses, os italianos ou os alemães, e as peculiaridades do seu *savoir-faire*.

Entretanto, apesar da riqueza e diversidade do panorama apresentado nas pesquisas, alguns historiadores não fazem referência ao período apenas revelando suas incertezas ou dúvidas, mas apontam para uma verdadeira *crise da razão histórica*.

Nos Estados Unidos, em fins dos anos 1960, houve o que se chamou de “*virada lingüística*”, com as controvertidas análises de Ricoeur (1977; 1994) e White (1992; 1994), em que o relato histórico e a ficção tornam-se um amálgama. A história tornar-se-ia um simples gênero literário, perdendo a pretensão a ser um discurso de verdade.

Entretanto, esses aspectos exigem do historiador uma disciplina teórico-metodológica para não cair no encantamento da pura narrativa literária, quase sempre pelo viés memorialista, esquecendo-se do compromisso do historiador com a produção de conhecimento e de sentido (CERTEAU, 1982). É com esse objetivo que serão feitas algumas considerações metodológicas sobre o tratamento dado aos textos em história e, mais particularmente, ao texto literário. Entendemos que o historiador, em seu ofício, mantém um interesse fundamental sobre o **conteúdo** dos documentos de que utiliza, isto é, sobre os referentes dos textos ou sobre os vários discursos nele existentes, cercando-se, preferencialmente, de fontes de natureza e origem diferentes, para garantir a fidedignidade dos seus resultados.

Percebendo a dimensão subjetiva do seu saber-fazer e, conseqüentemente, da análise e da interpretação de textos históricos, o historiador vê-se diante de encontros possíveis (e até desejáveis) com as ciências auxiliares, que lhe forneceriam importantes conhecimentos e novas metodologias para o seu ofício: as ciências sociais (sociologia, antropologia, psicologia) e a lingüística.

Nesse sentido, dois importantes encontros merecem destaque. Um primeiro encontro, ocorrido nas décadas de 1950 e 1960, estava fundamentado em um maior rigor no tratamento do vocabulário (denotação) dos textos utilizados como fontes, tendo por base os estudos de Harris (1952), na sua **análise distribucional**, que conduziria a uma análise de conteúdo mais sistemática, baseada no levantamento estatístico das freqüências em que apareciam o emprego das palavras, sem levar em consideração o conseqüente esfacelamento do discurso, trabalhado e subdividido em unidades dissociadas e sem conexão. Um segundo, ocorrido também nos anos 1960, período de auge do estruturalismo francês, quando a lingüística sai do estudo da fonologia e se desenvolve em direção à *lingüística do discurso*, partindo para as *estruturas*, que organizam grupos de frases num discurso completo, e ultrapassando a dicotomia língua/fala, rumo a um estudo do discurso enquanto prática, enquanto processo mediado por suas condições de produção (cf. também ROBIN, 1977).

**Discurso** aqui pode assumir várias definições possíveis. Ou seja, ele pode ser tratado

como sinônimo de fala (uso contingente da língua) em oposição à língua (sistema estruturado de signos); como unidade lingüística maior do que a frase – torna-se então sinônimo de mensagem ou enunciado; como conjunto das regras de encadeamento das frases ou grupos de frases que compõem um enunciado; ou como o enunciado visto a partir das condições de produção – lingüísticas e sociais – que o geraram (CARDOSO e VAIFAS, 1997, p. 377).

A opção por uma definição específica implica no estabelecimento de regras ou abordagens de análise desse discurso, seja em função do conteúdo das

significações (**análise semântica**), seja em função da expressão das significações e da sua produção enquanto discurso (**análise semiótica**).

Na análise semântica, faz-se um resgate do conteúdo histórico a partir do vocabulário existente, dos enunciados, dos tempos verbais, das expressões utilizadas etc., relacionando o texto ao contexto, sob o pressuposto de que

[...] um documento é sempre portador de um **discurso** que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente. [...] o historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de idéias. [...] A história é sempre texto, ou mais amplamente, **discurso**, seja ele escrito, iconográfico, gestual etc., de sorte que somente através da decifração dos discursos que exprimem ou contêm a história poderá o historiador realizar seu trabalho (CARDOSO e VAIFAS, 1997, p. 377-378. Grifos do autor).

Entretanto, Cardoso e Vaifas (1997, p. 379) recomendam ao historiador alguns cuidados importantes no uso da análise semântica: em primeiro lugar, a escolha criteriosa dos métodos de trabalho, que devem ser compatíveis com a formação teórica do historiador; em segundo, deve haver uma necessária flexibilidade na utilização do método escolhido, para não se correr o risco de cair no encantamento positivista de um cientificismo exagerado, que, certamente, levará o pesquisador a construir “*um relatório técnico*” em lugar de uma “*narrativa histórica*”. Porém, a escolha do método deve, sempre, estar ancorada na **criatividade** do historiador, que deve fugir da armadilha de analisar o texto, permanecendo estritamente no nível lingüístico, esquecendo-se do contexto histórico-social apenas para fazer referência às condições de produção do texto. Ou seja, o historiador não pode esquecer de que ele enquanto

[...] intérprete presta uma contribuição própria, ainda que não pretenda fazer mais do que uma decifração. Na realidade, ele é, em grande parte, o produtor daquilo que descobre no texto, uma vez que escolhe, conforme as suas necessidades intelectuais e as necessidades de sua época, o código em que inscreverá o sentido próprio (STAROBINSKI, *apud* CARDOSO e VAIFAS, 1997, p. 384).

A análise semiótica consiste em descrever o texto ou o discurso, como todo e qualquer fenômeno, com significado completo, incluindo desde um texto em língua natural (oral ou escrito), até um filme, uma música, ou qualquer texto figurativo. Os complexos esquemas semióticos passam a exigir do pesquisador um aparato teórico-metodológico mais profundo para evitar incorrer em erros grosseiros. O historiador deixa de manter uma relação mediada pelo postulado da transparência das palavras e da imediatez do sentido, para trabalhar o léxico através de múltiplas mediações, incluindo os componentes políticos, ideológicos e simbólicos, num permanente *jogo de opacidade*, entendendo que a palavra é,

por definição, *polissêmica*, conotando vários esquemas ideológicos contraditórios, somente possíveis de interpretação quando amparados historicamente dentro de um recorte e do seu contexto.

Fazendo referência a Roland Barthes, Robin (1997, p. 50) realça a importância das palavras numa dada conjuntura, secundarizando a lógica da comunicação direta ou denotativa, e afirmando terem as palavras

[...] uma lógica própria, numa linguagem **conotativa**, em redes complexas, em que se enlaçam e se desenlaçam lembranças coletivas, ressonâncias afetivas, signos de reconhecimento ideológico, complexos de imagens e de sonhos, etc. Pronúncias implica um ato liberatório, por vezes lúdico, sempre carregado de valores.

Isso exige cuidados redobrados com os manuais ou receituários práticos de análise textual, que parecem desprezar a necessidade imperiosa do estudo e do aprofundamento. Por isso, é importante refletirmos sobre uma importante advertência feita por Robin (1977) sobre o uso de técnicas em que se ignora as teorias que lhes dão sustentação, a fim de não se cair na mistificação de um empirismo reduplicado, por força de um modismo sem sentido. E, assim, a autora afirma que

toda técnica implica uma teoria sobre a linguagem, mesmo sobre sua natureza e sua origem, e pode, através disso, religar-se a tal ou qual corrente filosófica e epistemológica. [...] um método de abordagem, seja qual for, é carregado filosoficamente (ROBIN, 1977, p. 22-23).

Nesse sentido, a autora propõe, como metodologia de trabalho, o uso de uma descrição sócio-histórica e de uma descrição linguística, seguido de um relacionamento dos dois modelos e adverte que “*se é necessário uma teoria da articulação da prática discursiva com o conjunto da formação social, vamos dizê-lo com franqueza, atualmente tal teoria não existe*” (ROBIN, 1977, p. 57). A construção de fundamentos teórico-metodológicos é um importante desafio para os pesquisadores que enveredam por esses novos caminhos (FAIRCLOUGH, 2001).

Nesse canteiro amplo e cheio de armadilhas, o historiador precisa cercar-se de cuidados e de muita erudição para pisar com mais firmeza. Com este propósito, é imperioso discutir-se mais detidamente os percursos teórico-metodológicos do uso de textos literários em história:

[...] a verdade é que toda a criação se concretiza transpondo (independentemente de quaisquer preconceitos psicologistas) o crivo da individualidade criadora; e é essa individualidade criadora que interpreta, num registro predominantemente estético, uma visão de mundo coletivizada (REIS, 1981, p. 112-113).

Nas histórias da família, do cotidiano e da vida privada, as fontes arqueológicas, iconográficas e literárias ocupam um lugar privilegiado, destacando-se os estudos sobre a história da vida privada, o cotidiano material e seus aspectos simbólicos (CARDOSO e VAINFAS, 1997). No que diz respeito aos textos literários, que serão tratados mais detidamente no presente artigo, tal utilização pressupõe um profundo mergulho no terreno da análise literária, campo cheio de especificidades e de riquezas aos olhos do historiador. Ou seja, esses novos objetos exigem novas abordagens, uma vez que as metodologias históricas passam a não mais dar conta, sendo necessário o auxílio dos conhecimentos advindos da literatura e da análise literária.

A literatura é aqui entendida como

[...] a expressão, pela palavra escrita, dos conteúdos da ficção, ou imaginação. [...] somente se consideram literários os textos que se proponham específicos fins literários, vale dizer, o conto, a novela, o romance e o teatro (este, apenas enquanto texto, não enquanto representação) (MOISÉS, 1972, p. 14).

Nesse aspecto, é necessário esclarecer que o texto literário deve ser visto não somente como sinônimo de ficcionalidade, mas principalmente como manifestação discursiva, enquanto testemunho e expressão humanas. Enfim, como afirma Bosi (1993, *apud* CHIAPPINI E AGUIAR, 1993, p. 140-141),

a imitação está em tudo, na verdade, porque a memória e a experiência fazem parte tanto do poeta quanto do historiador; a memória, a experiência, a relação com o outro, com o objeto, a incorporação do que está de fora, tudo isso é uma experiência humana fundamental que está no historiador, e que está no poeta. [...] A literatura, eu diria que é um espaço intermédio de linguagem que está na história e está na poesia.

Para a análise literária, Moisés (1972) afirma que não há modelos fixos para efetuá-la, dependendo do comportamento do pesquisador diante do texto, uma vez que não existem esquemas rígidos, mas técnicas e métodos que apóiam o trabalho de análise. Entretanto, a fragmentação interpretativa dos textos deve ser praticada com o máximo de rigor e objetividade, reconhecendo-se que a crítica literária consiste numa segunda leitura, numa espécie de recriação do texto, após um procedimento rigoroso de análise.

Isso implica em um cuidado metodológico maior, uma vez que

[...] é a própria obra que decreta o procedimento a adotar: o caminho a percorrer inicia-se na obra e termina no método, não o contrário, ou seja, evidencia falta de consciência crítica ou má consciência ideológica aplicar mecânica e aprioristicamente o método a qualquer obra, sem consultar-lhe antes a natureza (MOISÉS, 1972, p. 21).

Isso implica que cada gênero literário deve ser analisado na sua especificidade, respeitando-se às normas gerais, aplicáveis a qualquer análise literária, e as normas específicas, particulares a cada gênero em questão.

Estabelecendo uma comparação entre o historiador e o crítico literário, Moisés (1972, p. 16) reconhece que este último se utiliza da análise textual para dar suporte aos seus juízos de valor, à sua crítica, enquanto que

[...] o historiador literário a utiliza para fazer história, ou seja, descrever as obras, os fatos, os autores, e procurar estabelecer-lhes conexões, profundas ou superficiais, tão somente elaborando valorações quando interpreta, não os textos em si, mas os vínculos que os estreitam no curso do tempo.

Segundo o autor, o historiador pode fazer **historiografia externa**, quando atribui maior importância aos fatos, à biografia dos escritores e às relações entre os textos estudados e à conjuntura em que foram produzidos, ou **historiografia interna**, quando sua preocupação concentra-se sobre o conteúdo das obras, suas idéias, pensamentos e sentimentos que permanecem ao longo do tempo, concedendo grande relevância à análise textual. Nesse sentido, não existe historiografia puramente interna ou externa, ou seja,

[...] toda análise textual é contextual [...] Um escrito constitui sempre um ser vivo, empregando regras (ainda que somente sintáticas), aberto aos influxos de fora, da cultura em que foi produzido, da Língua em que foi elaborado, da sociedade que o motivou, dos valores em vigência no tempo etc (MOISÉS, 1972, p. 17).

Seguindo o rigor metodológico aplicável não apenas à história mas a qualquer área do conhecimento, os textos literários não devem se constituir nos únicos documentos a que se deve recorrer numa análise historiográfica. Eles podem ser considerados, pelo seu caráter estético e artístico, os melhores ou mais ricos documentos a serem utilizados para se reconstituir, internamente, uma época, uma cultura ou uma personalidade, mas necessitam do concurso de outras fontes para dar suporte à análise, seja ela de cunho psicológico, histórico, literário, sociológico etc.

É necessário considerar que

ao iniciar o contacto com o romance de qualquer tipo, o leitor é obrigado a concordar com as normas estabelecidas pelo ficcionista. Este, inventa um mundo, com base na observação, na memória e na imaginação, que o leitor deve entender como tal. Caso recuse o universo fictício que se lhe oferece, ou procure nele o relato de verídicos fatos acontecidos, só lhe resta fechar o romance e abrir o jornal (MOISÉS, 1972, p. 89).

O texto literário, portanto, além de fornecer um prazer estético (o fim lúdico), é a

fonte mais fascinante de conhecimento do real. Daí a função social da literatura que, ao lado da história, psicologia, filosofia, biologia e de outras ciências e artes, embora por caminhos diferentes, induz o indivíduo a refletir sobre os problemas existenciais. É por isso que atividade literária, oral ou escrita, primitiva ou evoluída, é consubstancial à sociedade humana, não existindo povo sem literatura. Daí a riqueza dos estudos que articulam história e literatura.

O conceito que nos possibilita compreender por que a literatura pode ser articulada com diferentes áreas dos conhecimentos é o conceito da **intertextualidade**, considerada uma propriedade do texto. Segundo Kleiman (2001), texto é toda construção cultural que adquire um significado devido a um sistema de códigos. Uma palestra, um quadro, uma foto, uma tabela são atualizações desses sistemas de significados, podendo ser interpretados como textos.

Nesse sentido, o significado de um texto não se limita ao que apenas está nele; seu significado resulta da interação com outros textos. A intertextualidade refere-se, portanto, às relações entre os diferentes textos que permitem que um texto derive seus significados de outros. Os textos incorporam modelos, vestígios, até estilos (no caso das paródias) de outros textos e de outros gêneros. Assim, o texto se abre para aprofundar a discussão sobre relações historicamente constituídas, características da complexidade das interrelações culturais.

Outro conceito que nos parece fundamental para ser discutido brevemente é o de **verdade** ou **verossimilhança**. Nas fontes orais, nos textos literários ou mesmo nos documentos oficiais é preciso que se busque a sua coerência relativa, nunca absoluta, com as ocorrências da vida real. Por isso, a necessidade de se acercar de fontes diferentes para dar sustentação à análise e atribuir-lhe cunho objetivo e ou mesmo assegurar-lhe o caráter de cientificidade. Quando se utiliza a fonte literária, trabalha-se num tempo psicológico, um tempo-duração que se desenvolve no fluir das personagens, em seus fluxos emocionais, fazendo-se um paralelo constante com o tempo linear, cronológico, que confere sentido e direção ao objeto. É o objeto que direciona o tempo ou o recorte temporal, e não o contrário. Como afirma Habermas (1990, p. 240-241), a experiência narrada

[...] não pretende ter a credibilidade de um relato histórico, de uma documentação ou de um testemunho [...] O que caracteriza um texto literário é o fato de ele não surgir com a pretensão de documentar um evento no mundo; mesmo assim, ele procura arrastar o leitor, passo a passo, para o encanto de um evento imaginário, até o ponto em que ele passa a acompanhar os fatos contados **como se fossem reais** (Grifos do autor).

Esse último trecho de Habermas (1990), sobretudo a expressão “como se fossem reais” faz transparecer a diferença fundamental entre o conhecimento artístico e o conhecimento reflexivo ou científico. Enquanto o historiador produz um conhecimento científico, o artista recorre à imaginação e à fantasia para compreender o mundo. Fictício

• não significa falso, mas apenas historicamente inexistente. O que acontece num romance,  
• numa tela de cinema ou de televisão, num quadro pictórico, é um parto da fantasia do  
• autor que, refletindo sobre a realidade existencial, cria um universo imaginário em que os  
• valores ideológicos são questionados.

A leitura de um texto escrito ultrapassa, portanto, a simples decodificação e

[...] consiste verdadeiramente em (re)construir um universo imaginário cujas coordenadas muitas vezes estão apenas esboçadas no texto que se aborda. [...] ler um romance é, de certo modo, (re)organizar o tempo da história, a orquestração dos pontos de vista, o processo de narração etc. [...] o ato de leitura não ignora o amplo espaço intertextual em que todo o discurso literário se insere (REIS, 1981, p. 22).

Essa linha de raciocínio implica na impossibilidade de um ato crítico rigorosamente objetivo, em que se liberte de um grau mais ou menos elevado de subjetividade, em qualquer área do conhecimento. Para cercar-se de um maior rigor metodológico, que permite nortear o ato crítico, impedindo que o pesquisador se perca num imenso pântano de devaneios puramente subjetivos, podem ser descritos dois procedimentos: o primeiro consiste no conhecimento dos códigos estéticos que estruturam a obra de arte literária, que permitem perceber os conflitos entre as obras e os códigos vigentes em determinada época ou em seus movimentos de vanguarda; o segundo é o conhecimento do contexto sociocultural ou do conjunto de circunstâncias que colaboraram para a elaboração do texto literário, que permitem situá-lo historicamente ou determinar suas condições de possibilidade.

A crítica satisfatória deve passar da fase analítica, que consiste na decomposição de um todo em suas partes ou elementos constitutivos, a outra fase predominantemente sintética que é a interpretação. É uma atitude descritiva, objetiva, que assume individualmente cada uma das partes de um texto literário, revelando as relações entre essas partes distintas, em que deve predominar os elementos textuais sobre a subjetividade do pesquisador (receptor).

A interpretação, portanto, diz respeito à pesquisa fundamentada no processo de análise, visando atribuir um sentido ao texto literário. Reis (1981, p. 42-43) explicita que o pesquisador deve ter uma noção teórica básica, qual seja

a noção de que o texto literário funciona como um signo estético dotado de significado(s) global(is) cuja relação com o(s) elemento(s) significante(s) – de que se ocupa sobretudo a análise – não se rege necessariamente pelo estatuto de convencionalidade próprio do signo lingüístico. [...] a interpretação dirige-se, de modo prioritário, à descoberta de sentidos coerentes – e não de **todos** os sentidos – relativamente aos elementos detectados pela análise. Por isso, a interpretação terá em conta necessariamente a problemática dos gêneros e os condicionalismos impostos pelos períodos literários, como fatores susceptíveis de inculcarem ao texto um certo pendor ideológico e determinados núcleos temáticos (Grifo do autor).

Ultrapassando os limites do texto, a interpretação constitui o domínio, por

excelência, da subjetividade do crítico. De maneira mais direta, a análise de uma obra literária – entendida na dimensão histórico-cultural e sociológica do texto literário – compreende, segundo Reis (1981), três níveis: um primeiro nível denominado **pré-textual**, em que o interesse reside nas circunstâncias externas que envolvem a existência da obra literária, mas não explicam a sua criação, prendendo-se a questões de natureza factual como pormenores biográficos, datas, autorias, genealogias, condicionalismos genéticos etc. Um segundo, o **sub-textual**, responsável pela gestação da obra literária, que não se baseia em relações lineares ou determinísticas de fatores ou motivações responsáveis pela criação do texto literário, mas na convicção de que “[...] o discurso literário reflete de modo distorcido e não especular essas motivações genéticas” (REIS, 1981, p. 82). Tal análise sofre influência direta das contribuições teóricas de Freud (1927-1930), no que tange à valorização dos elementos estéticos (simbólicos, inconscientes) que entram na composição da obra literária. Considera-se que a prática estética se concretiza num domínio situado entre o real e o imaginário, encarando a criação literária como um *sonho desperto*, em que se destaca, consideravelmente, o uso da metáfora, do símbolo, da imagem, da ficção ou do conflito dramático como projeções inconscientes que ousam aflorar à superfície do texto.

Nesse aspecto, Reis (1981, p. 105) afirma que,

inserido num mais ou menos vasto contexto social, político e econômico, sustentando com esse contexto vínculos e afinidades variavelmente detectáveis, integrado numa classe social cuja problemática interpreta, o escritor é objeto de uma espécie de invisível, mas eficaz coação que o leva a, muitas vezes sem disso se aperceber, projetar no texto que elabora todo o conjunto de forças de raiz sociológica subjacentes a esse texto.

O autor seria, portanto, impulsionado a limitar-se, simplesmente, a veicular uma criação que não é mais individual, personalística, mas coletiva.

O último nível citado por Reis (1981) é o **textual**, em que o texto literário é abordado dentro de limites precisos, vinculado a um espaço em que se projeta o conjunto de sentidos possíveis ao texto. A leitura crítica no nível textual tenta evidenciar, analisar e interpretar os componentes formais dentro de uma ótica particular em que se distinguem o **texto literário**, construído em um sistema específico de normas, do texto meramente **lingüístico**, que é produto imediato da oralidade, seja ele expresso materialmente (escrito) ou não.

Todos esses níveis, apresentados didaticamente como distintos, guardam uma relação entre si. Ou seja, caso se pretenda elaborar uma análise profunda e rica, condição *sine qua non* para uma interpretação que ultrapasse os domínios do texto, é fundamental que se proponha uma atividade crítica na sua totalidade, saindo-se do texto para o contexto, da forma para o conteúdo, do real para o imaginário, do objetivo para o subjetivo, compreendidos não como pólos opostos, contraditórios, mas como realidades que se interpenetram.

## UM TEXTO E SEU CONTEXTO

Para ilustrarmos brevemente a discussão acima, apresentamos parte do tratamento dado ao conto *Teoria do Medalhão*, de Assis (2001), publicado em 1883, como parte da obra *Papéis avulsos*<sup>1</sup>, que foi utilizado como uma fonte histórica importante para entendermos o bacharelismo e a apologia ao diploma de nível superior na sociedade brasileira, do período imperial (CASTELO BRANCO, 2005).

Contextualizando, o conto também pode ser lido como um importante desabafo do escritor que, na condição social de mulato, autodidata e filho de sitiantes agregados, nunca conseguiu frequentar um curso superior de Direito (à época somente existentes em Recife e em São Paulo) e, por isso, passou a sofrer duras críticas de sua obra por bacharéis ilustres como Sílvio Romero, a partir de 1880.

O conto, além da beleza estética, é muito intrigante. Vejamos esse fragmento:

Vinte e um anos, algumas apólices, um diploma, podes entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes. Há infinitas carreiras diante de ti. Vinte e um anos, meu rapaz, formam apenas a primeira sílaba do nosso destino. [...] Mas qualquer que seja a profissão da tua escolha, o meu desejo é que te faças ilustre, ou pelo menos notável, que te levantes acima da obscuridade comum. A vida, Janjão, é uma enorme loteria; os prêmios são poucos, os malogrados inúmeros, e **com os suspiros de uma geração é que se amassam as esperanças de outra**. Isto é a vida; não há planger, nem imprecisar, mas aceitar as cousas integralmente com seu ônus e percalços, glórias e desdouros, e ir por diante (ASSIS, 2001, p. 32-33, grifos nossos).

Nesse trecho, ressaltamos a ironia refinada do autor que realça a pouca importância dada a profissão, a realização individual ou coletiva, que passam a ser secundarizadas em relação ao jogo das aparências, que passam a conduzir o indivíduo a rituais obsessivos de uma corrida desenfreada pelo “canudo a qualquer custo”, seja para garantir um melhor emprego ou a melhoria das condições de vida, seja para servir de ornamento ou peça decorativa, quando não repousa solitário em uma gaveta. A necessidade de inserção social, sobretudo na carreira política, no serviço público, no jornalismo ou mesmo nas letras, pela via direta do diploma, que representaria um “passaporte” para a inclusão social e para a ascensão social, sobretudo no Brasil imperial.

<sup>1</sup> Fazem parte de *Papéis avulsos*, publicado em obra, os contos: *O alienista*, *Teoria do Medalhão*, *A chinela turca*, *Na arca*, *D. Benedita*, *O Segredo do bonzo*, *O anel de Policrates*, *O empréstimo*, *A Sereníssima República*, *O espelho*, *Uma visita de Alcebiades* e *Verba testamentária*.

É ainda em Assis (2001, p. 34-36) que encontramos referência à formação profissional, de caráter bacharelesco e artificialista, quando afirma que

uma vez entrado na carreira, **deves pôr todo o cuidado nas idéias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor será não as ter absolutamente;** cousa que entenderás bem, imaginando, por exemplo, um ator defraudado do uso de um braço. Ele pode, por um milagre de artifício, dissimular o defeito aos olhos da platéia, mas era muito melhor dispor dos dois. O mesmo se dá com as idéias; pode-se, com violência, abafá-las, escondê-las até à morte; mas nem essa habilidade é comum, nem tão constante esforço conviria ao exercício da vida. [...] – **reduzes o intelecto por mais pródigo que seja, à sobriedade, à disciplina, ao equilíbrio comum** (Grifos nossos).

Portanto, seria suficiente ao bacharel um senso crítico reduzido e um enorme poder de adaptar-se às contingências existentes, sendo o homem necessário para atender às necessidades do Estado (CASTELO BRANCO, 2005). Essa seria uma “definição” dada à formação profissional que era ofertada à elite brasileira, sobretudo no período imperial, em que as faculdade de Direito eram responsáveis pela formação da burocracia do Estado, e possuíam, como característica, a pouca ou quase inexistente profissionalização, uma vez que os professores não possuíam formação docente nem mesmo eram bacharéis em Direito, sendo em sua maioria membros da Igreja ou políticos de renome. Até mesmo os currículos eram presos à retórica e à oratória, carecendo de matérias específicas da formação profissional de um advogado.

Trazendo a discussão ao contexto atual, em um necessário diálogo com o tempo presente, apesar de percebermos mudanças significativas dos condicionantes históricos, assistimos a uma corrida desenfreada

“[...] à Universidade, à permanência das tradições, à conservação da preferência pelos cursos tidos como ‘nobres’, os mesmos que atravessaram da Colônia à República, sem sofrerem muito abalo ou macularem sua imagem sedutora. Permanecem como ‘eterno encanto da elite’, anseio das classes médias em busca de ascensão ou nobilitação e, quase sempre, desencanto, frustração ou ideal inatingível para a grande maioria dos filhos das classes trabalhadoras” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 177)

Outro trecho significativo para uma interpretação histórica é quando Assis (2001, p. 33) faz menção aos “ganhadores” e aos “malogrados” na loteria da vida, como duas metades que “se completam” em que a “competência” de uma causa o “encolhimento” da outra, ou seja, “[...] com os suspiros de uma geração é que se amassam as esperanças de outra”. Tal constatação poderia implicar numa dificuldade, não apenas do período imperial, mas também da sociedade atual em perceber uma terceira via, um ponto de ruptura entre as metades

definidas pela assim chamada de *sociedade do espetáculo* (DEBORD, 1997), cuja característica aponta para uma certa naturalização dos conflitos, passando as explicações a sofrerem uma legitimação a partir de algo externo, tido como inquestionável, altamente contaminado pela lógica do capitalismo.

Ou dito de outra maneira, levando-se em conta as peculiaridades da sociedade globalizada,

**a sociedade pós-moderna revelou-se uma máquina quase perfeita de tradução – uma máquina que interpreta qualquer questão social existente ou provável como questão privada [...]. Na sociedade pós-moderna de consumo, o fracasso redundava em culpa e vergonha, não em protesto político. A frustração alimenta o embaraço, não a dissensão. [...] A liberdade do consumidor significa uma orientação da vida para as mercadorias aprovadas pelo mercado, assim impedindo uma liberdade crucial: a de se libertar do mercado. [...] Com a privatização das definições e particularmente das avenidas e mecanismos de mobilidade social, todos os problemas potencialmente explosivos – como ambições pessoais frustradas, humilhantes recusas de confirmação pública da auto-imagem, canais de avanço obstruídos, mesmo a exclusão da esfera em que são distribuídos sentidos e identidades publicamente reconhecidos, com uma tarefa definida – levam no máximo a uma busca ainda mais febril de prescrições, técnicas e instrumentos fornecidos pelo mercado para a melhoria da imagem ou terminam com a desconsolada resignação dos que vivem de auxílio-desemprego – esse modelo socialmente confirmado de incompetência e impotência pessoais (BAUMAN, 1999, p. 276-277, grifos nossos).**

Trata-se de uma *busca desenfreada* em que parece valer qualquer estratégia ou técnica que tenha como objetivo lograr êxito e conseguir uma tão sonhada vaga na Universidade, entrando para o grupo dos “melhores” ou “mais competentes”. O fracasso é, sobre essa perspectiva, um atributo individual e não uma decorrência de condições sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das afinidades, as atrações ou vínculos entre história e literatura, é necessário situar o **conhecimento histórico** como “[...] *um saber construído com critérios metodológicos que remetem às evidências do acontecido e que se articulam ao longo do tempo, promovendo versões dos fenômenos...*”. Ou dito de outra maneira, essas versões podem ser traduzidas como **literatura**, aqui compreendida

[...] como uma produção que, mesmo tendo compromisso direto com a “realidade”, admite a invenção como maneira de sugerir o que poderia ter se passado, mantendo um vínculo irrestrito com a boa solução estética sem contudo ser um “espelho do

mundo” ou desmentir a inventividade (MEIHY, s.d., *apud* CHIAPPINI e AGUIAR, 1993, p. 142-143).

Isto posto, cabe à historiografia trabalhar com objetividades alcançáveis, que remetem necessariamente a uma operacionalidade metodológica sobre as *evidências* encontradas. Ao documento não mais se atribui um sentido absoluto, como supunham os positivistas, mas vinculado a um conceito de documento que evoluiu, abrindo caminho para a história oral, para os textos literários, para a história da vida privada, para as memórias, enfim, para os novos objetos e as novas abordagens.

Entretanto, a historiografia é fruto da seqüência de trabalhos que dialogam entre si e que são decorrentes de uma boa dose de erudição. É através desse diálogo que são estabelecidos os procedimentos, os conceitos, que permitem delimitar o *território* do historiador.

Em síntese,

a falta de espontaneidade e o compromisso estreito com a objetividade mínima são outras marcas distintivas entre o labor do historiador e o do literato. A metodologia rígida implica um caráter digamos “científico”, que quebra a “naturalidade” do trabalho dos historiadores de ofício. Assim, um texto literário pode ser mais livre enquanto ao do historiador tal prerrogativa é negada ou pelo menos limitada: o historiador tem que se explicar, precisa dizer de onde brotaram suas idéias e qual o tratamento dado às fontes. A continuidade exige revisões, retomadas, e implica mecanicamente o uso da documentação que deve fundamentar a análise. Com isso não se nega de maneira nenhuma a capacidade de alguns escritores de serem **doublés** de historiadores, e nem o inverso. [...] A distinção básica entre história e literatura reside na eficácia do discurso histórico assumido socialmente como um saber que responde a algumas questões firmadas pelos grupos que a justificam ((MEIHY, s.d., *apud* CHIAPPINI e AGUIAR, 1993, p. 151-152).

Do exposto, há que se reconhecer que o historiador não deve ter a pretensão de construir meta-histórias, mas construir pequenas histórias de fatos reais, cuja verdade seja parcial, imperfeita, apoiada na produção erudita de dados e em documentos que não podem assumir um sentido qualquer, fruto da subjetividade do historiador. A história é, portanto, uma (re)construção humana de acontecimentos que realmente existiram no passado próximo ou remoto, e ganha vida quando se utiliza de novos objetos e de novas abordagens, advindas de uma relação transdisciplinar, desde que sejam resguardadas as especificidades das áreas do conhecimento envolvidas.

O uso de textos literários como documento histórico deve estar apoiado numa segura base teórico-metodológica, com o objetivo de enriquecer o campo histórico, apontando as características culturais, os hábitos e costumes regionais,

os valores dominantes, que auxiliam a traçar os delineamentos possíveis ao recorte histórico, resguardada a subjetividade dos autores desses textos, que não têm as mesmas obrigações teórico-metodológicas dos historiadores.

Aqui, é importante esclarecer que não se pretende fazer uma apologia ao uso de textos literários como fonte única de pesquisa, mesmo porque nenhuma fonte pode ou deve ser utilizada de forma isolada, por mais fidedigna que pareça, mesmo as ditas “fontes oficiais”.

É, portanto, através de um subjetivismo ancorado nas fontes e numa análise criteriosa, habilmente interpretada pelo suporte possibilitado pela sua erudição, que o historiador pode fazer aflorar o potencial criativo de sua crítica, interpretação e extrapolação. Nessa perspectiva, ele poderá utilizar, legitimamente, como documentos, os arquivos cartoriais, os documentos e estatísticas oficiais, as iconografias, os objetos de arte, o cinema, a literatura etc., vistos como representações do passado.

Essa discussão remonta para a finalidade da história, enquanto produção de conhecimento que

não tem por objetivo celebrar tal ou tal memória particular ou ressuscitar o que se passou, mas tornar compreensíveis, em toda a sua complexidade, as relações que unem ou dividem os homens e mulheres, os diversos grupos sociais, os governantes e os governados... sem apagar nenhuma de suas asperezas (BOUTIER e JULIA, 1998, p. 53).

Com esses argumentos pretendemos apresentar uma justificativa sólida para a utilização criativa de novas fontes até então ignoradas ou preteridas, tendo-se o cuidado para que o historiador não seja tragado pelo fascínio das grandes personagens históricas, reafirmando seu compromisso com os questionamentos da contemporaneidade sobre o passado e reapropriando-se da dimensão subjetiva do viver cotidiano, no nível regional, local ou individual.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado de (2001). **Contos escolhidos**. Texto integral. São Paulo: Martin Claret. (Coleção A Obra-Prima de Cada Autor, v. 65).
- BAUMAN, Zygmunt (1999). **Modernidade e ambivalência**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.) (1998). **Passados Recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV.

- CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) (1997). **Domínios da História**. ensaios de Teoria e Metodologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus.
- CASTELO BRANCO, Uguaciara Veloso (2005). **A construção do mito do meu filho doutor**. Fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil-Paraíba. João Pessoa: UFPB.
- CASTORIADIS, Cornelius (1982). **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CERTEAU, Michel de (1982). **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- DEBORD, Guy (1997). **A/ sociedade do espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto.
- FAIRCLOUGH, Norman (2001). **Discurso e mudança social**. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: UNB.
- FREUD, Sigmund (1927-1930). **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI. (Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud). 1 CD-ROM.
- CHIAPPINI, Lígia e AGUIAR, Flávio Wolf de. (orgs.) (1993). **Literatura e História na América Latina**: Seminário Internacional, 9 a 13 set. 1991, São Paulo: USP.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely (2005). **Micropolítica**: cartografias do desejo. 7 ed. rev. Petrópolis: Vozes.
- HABERMAS, Jürgen (1990). Filosofia e Ciência como Literatura? In: HABERMAS, J. **Pensamento Pós-Metafísico**. Estudos Filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 235-255.
- KLEIMAN, Ângela (1999). **Leitura e Interdisciplinaridade**: tecendo redes nos projetos da escola. São Paulo: Mercado das Letras.
- MOISÉS, Massaud (1972). **Guia prático de análise literária**. 3 ed. São Paulo: Cultrix.
- REIS, Carlos (1981). **Técnicas de Análise Textual**. introdução à leitura crítica do texto literário. 3 ed. Coimbra: Livraria Almedina.
- RICOEUR, Paul (1977). *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- \_\_\_\_\_ (1994). **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus.
- VEYNE, Paul (1982). **Como se escreve a história?** Brasília: EDUNB.
- WHITE, Hayden (1992). **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, p. 11-56.
- \_\_\_\_\_ (1994). **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP. (Ensaio de Cultura, v. 6).

